

Revista de História e Memória mantida por grupos de pesquisa em História sediados nas universidades federais do Rio Grande do Norte (UFRN) e de Sergipe (UFS) e nas universidades Regional do Cariri (URCA) e do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)



Vovó Cici é uma mestra que difunde as narrativas que leu, ouviu, aprendeu e vivenciou. | Imagem: [PPPH/UNEB](https://ppph.uneb.br)

Economia escravista no Setecentos – Resenha de *Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas: Bahia, século XVIII*, de Kátia Almeida

Ludmilla Mota Dias (UFBA)

Resumo: *Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas: Bahia, século XVIII*, de Kátia Almeida, analisa a formação, durante o século XVIII, de uma vila sertaneja baiana e a sociedade escravista que se estabeleceu no local. Apesar de reafirmar alguns consensos historiográficos, destaca-se pela densidade empírica e centralidade da agência dos escravizados.

Palavras-chave: escravidão; alforria; Rio de Contas; mineração; história social.

Em 2018, a historiadora Kátia Almeida publicou o livro intitulado *Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas: Bahia, século XVIII*, resultado de sua tese de doutorado defendida em 2012 pela Universidade Federal da Bahia. Ao investigar uma área mineradora no sertão da capitania da Bahia durante o Setecentos, ela objetivou analisar a sociedade escravista formada no local, reconstituindo aspectos da demografia, do fenômeno da alforria, da organização do trabalho escravo e das relações construídas entre esses sujeitos e senhores. O orientador, João José Reis, uma das maiores referências historiográficas sobre a escravidão em Salvador no século XIX, ressaltou a originalidade do trabalho e a capacidade de Almeida de utilizar procedimentos metodológicos da História Social para apresentar as pessoas escravizadas como personagens principais da narrativa.



Kátia Lorena Novais Almeida é professora plena na Universidade do Estado da Bahia, atuando na graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História. É doutora (2012) e mestre (2006) em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Seu livro “Escravos e libertos...” possui 344 páginas, organizadas em cinco capítulos, mais introdução e considerações finais. Além da obra mencionada, ela também publicou *Alforrias em Rio de Contas: Bahia, século XIX* em 2012, pela editora Edufba. O tema da alforria tem sido seu interesse desde os primeiros caminhos na pós-graduação, tornando-se a maior referência historiográfica sobre o fenômeno na região de Rio de Contas.

O primeiro capítulo do livro contextualiza a formação da Vila de Rio de Contas, uma região que atraiu sujeitos desde as primeiras décadas do século XVIII e foi criada oficialmente em 1724, em decorrência da descoberta do ouro de aluvião, encontrado no cascalho dos rios e córregos. A região era estratégica e tornou-se um dos caminhos que ligava a Cidade da Bahia, como Salvador era conhecida no período, à capitania de Minas Gerais, colônia mais próspera do século XVIII. Além disso, a vila era um centro administrativo com jurisdição sobre amplo território da capitania da Bahia. Analisando o espaço social e econômico que surge, Almeida aponta os interesses da Coroa Portuguesa ao projetar a instalação de todo um aparato jurídico-administrativo no local, visando fiscalizar e controlar o território e a população, especialmente a cobrança dos quintos sobre o ouro explorado. A autora informa as atividades econômicas desenvolvidas além da mineração (12%): pecuária (13,1%), agricultura de subsistência, que abrangia a maior parte dos cativos (48,1%), e o pequeno comércio, exercidas de modo concomitante e todas ancoradas na força do trabalho escravizado. Ela também destaca a existência de ofícios especializados como ferreiro, sapateiro, alfaiate, barbeiro e vaqueiro, entre outros. No geral, os residentes do termo não possuíam grandes cabedais e vinham de diversas localidades em busca de riquezas. Por isso, a maioria não fixou moradia, caracterizando-se como flutuantes, mudando-se após o esgotamento das lavras de mineração.

O segundo capítulo objetiva analisar a demografia da escravidão na região, destacando informações como origem, nação, cor, sexo e faixa etária dos escravizados. Há uma limitação nas fontes que impede a constituição de um panorama que acompanhe todo o século XVIII. Os mapas de capitação que restaram cobrem apenas os anos de 1742 a 1746. Com base nesse período, a autora concluiu que o número de cativos matriculados nas minas oscilou entre 1.623 e 1.104. Para ampliar a discussão, ela acessou também os inventários *post mortem*. Até 1750, a maior parte dos escravizados eram africanos, no auge da exploração aurífera, vindos por meio do tráfico atlântico, o que se modifica a partir de 1760, quando os nascidos no Brasil superam (em quase dois terços) os nascidos na África, indicando uma nova forma de repor a mão de obra escrava via reprodução natural,

evidenciando a presença de famílias de cativos. Os dados apontam que, entre 1724 e 1810, dos 390 inventários analisados, 126 registraram relações familiares entre os escravizados. Além disso, Almeida informou sobre a composição étnico-racial da população cativa em Rio de Contas, proveniente sobretudo da Costa da Mina e de Angola, termos que abrangiam sujeitos de diferentes procedências. Ainda no capítulo, ela apresenta conclusões sobre como era realizada a distribuição da posse de escravizados, argumentando que, na região, predominavam os pequenos escravistas, mas os médios e grandes que detinham o maior número de escravizados e concentravam a maior parte das rendas.

Em seguida, no terceiro capítulo, constrói-se o perfil dos senhores e alforriados, com informações sobre gênero, etnia, origem/cor e idade. As alforrias privilegiavam certos grupos mais do que outros. Durante todo o recorte da pesquisa (1727 a 1810), Almeida identificou que a maioria dos alforriados nasceram no Brasil (70%), demonstrando que a segunda geração de cativos foi mais privilegiada no momento da alforria do que seus progenitores, algo comum na historiografia. Entre os africanos, a maioria dos alforriados era de nação mina (62%), seguida pela angola (24%). As mulheres de nação mina sobressaíram, totalizando 62% das africanas alforriadas, contra apenas 24% das angolas. Os dados evidenciam que os africanos, em geral, conseguiam a carta na fase adulta, após anos de trabalho e o acúmulo de algum pecúlio. Os crioulos, por sua vez, eram alforriados, em sua maioria, na juventude. De modo geral, as mulheres obtiveram vantagens na conquista, numa proporção de 138 para cada 100 homens, algo que se assemelha a diversas áreas da América portuguesa.

No quarto capítulo, ela aponta os tipos de alforria ocorridos na vila, suas particularidades, como condições, preços e motivações, e como cada tipo de manumissão influenciava a experiência de liberdade após a conquista da carta. A carta de alforria era outorgada pelo senhor, um direito privado, em ato de renúncia ao domínio que possuía sobre outrem. Entretanto, a agência escrava é vista na conquista dessas cartas, esforços individuais e/ou coletivos, permeados por relações pessoais. No seu recorte, a autora contabilizou 1.716 cartas de alforria que libertaram 1.823 escravos, 22 alforrias registradas anualmente, o que indica que as chances de obter a carta eram pequenas. Além disso, havia tipos diferentes de cartas: onerosas ou gratuitas, pagas e incondicionais, condicionais não pagas, todas com suas próprias particularidades. No caso específico de Rio de Contas, aqueles que conseguiam a alforria preocupavam-se em registrar o documento no cartório, no livro de notas, temendo uma reescravização e buscando garantir a conquista em órgão institucional, formalizando o registro público. A manumissão era uma forma de mudar a condição jurídica, possibilitar uma possível mobilidade social e afirmar-se socialmente.

Por fim, no último capítulo, a autora insere na discussão o campo da justiça. Ela observa como os sujeitos apelavam à instituição para garantir e manter a liberdade e como essa era uma conquista precária, passível de contestação pelos senhores, algo institucionalizado pelas Ordenações Filipinas. Aparece na trama a ação de advogados que atuavam nas causas travadas e suas justificativas para obter parecer positivo em favor dos contratantes. Por se tratar de uma sociedade fundamentada no Antigo Regime, a Justiça tratava os sujeitos de modo desigual. As fontes apontam uma ambiguidade, pois a Instituição conservava privilégios e mediava os conflitos privados relacionados à escravidão e liberdade. É nesse cenário que se explica o recurso frequente à justiça no termo, marcado pelo predomínio de pequenos escravistas com menor capacidade de impor sua autoridade de forma absoluta.

Apesar da robustez dessa produção historiográfica, são perceptíveis algumas fragilidades no trabalho, especialmente a documentação limitada e as conclusões gerais, quando a autora

aponta padrões demográficos para todo o século XVIII a partir de recortes temporais bastante fragmentados. Embora Almeida reconheça que os mapas de capitação se concentrem entre 1742 e 1746, algumas inferências sobre dinâmicas de longo prazo, como a formação de famílias escravizadas e as mudanças estruturais na composição da população cativa, apresentam um grau de generalização que nem sempre acompanha uma problematização metodológica mais rigorosa. Além disso, há momentos em que a argumentação reafirma consensos historiográficos já consolidados (como a maior incidência de alforrias femininas ou o privilégio dos crioulos) sem explorar profundamente as especificidades locais que poderiam tensionar ou relativizar esses modelos interpretativos.

Por outro lado, a obra se destaca de maneira contundente pela consistência e densidade empírica, constituindo uma das análises mais completas sobre a escravidão e a alforria em uma região mineradora do sertão baiano. O uso articulado de fontes diversas, como mapas de capitação, inventários *post-mortem*, livros de notas de tabelionato e documentações judiciais, permite à autora reconstruir com precisão as experiências de escravizados e libertos, conferindo centralidade à agência desses sujeitos, sem perder de vista os limites impostos pela ordem escravista. A estrutura lógica do livro é clara e progressiva, conduzindo o leitor da formação do espaço social à complexa relação entre liberdade, trabalho e justiça. Substantivamente, a obra contribui decisivamente ao demonstrar que Rio de Contas não pode ser compreendida apenas como uma periferia das grandes zonas mineradoras, mas como um espaço dinâmico e com padrões próprios.

Desse modo, ancorada em um vasto conjunto documental, Kátia Almeida reconstruiu aspectos importantes da sociedade escravista que se estabeleceu no Termo de Rio de Contas, cumprindo os objetivos que se propôs. Suas pesquisas revelaram que a região, embora por muito tempo tenha sido associada apenas à mineração, possuía uma economia diversificada, e os senhores eram, em sua maioria, pequenos proprietários, o que podia ocasionar a contestação dos seus domínios. Além disso, apresentou dados importantes sobre o fenômeno da alforria naquele território, como o papel ativo dos escravizados na sua obtenção, a predominância de mulheres na conquista e o fato de tratar-se de uma negociação entre sujeitos desiguais juridicamente. Seus trabalhos são referência no estudo da alforria em ambientes rurais, contribuindo para a história social da escravidão na América Portuguesa. Torna-se, nesse ínterim, leitura valiosa para aqueles que se aventuram em pesquisas centradas na articulação entre economia mineradora, relações sociais e cultura jurídica nos sertões setecentistas.

Referências

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas: Bahia, século XVIII*. EDUFBA, 2018.

Sumário de *Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas: Bahia, século XVIII*.

Introdução

Capítulo 1: Minas do Rio das Contas: governo dos povos e das almas

Capítulo 2: Escravidão no sertão: demografia, posse e vida familiar

Capítulo 3: Demografia da alforria nas Minas do Rio de Contas

Capítulo 4: Perspectivas sobre a liberdade nos diversos tipos de alforria

Capítulo 5: A vulnerabilidade da alforria e o recurso à Justiça local

Considerações finais

Fontes e bibliografia

Resenhista



Ludmilla Mota Dias é mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Bahia (PPGH/UFBA) e graduada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Vitória da Conquista.

Atualmente desenvolve pesquisas sobre mulheres e justiça nos sertões da América Portuguesa, durante o século XVIII, com financiamento da Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). ID Currículo LATTES:

<http://lattes.cnpq.br/7832296430260507>; ID ORCID:

<https://orcid.org/0009-0002-1983-813X>; e-mail:

ludmillamotayhistoria@gmail.com.

Para citar esta resenha

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas: Bahia, século XVIII*. EDUFBA, 2018. Resenha de: DIAS, Ludmilla Mota. Economia escravista no Setecentos. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 6, n. 28, p. 23-27, mar./abr., 2026.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).